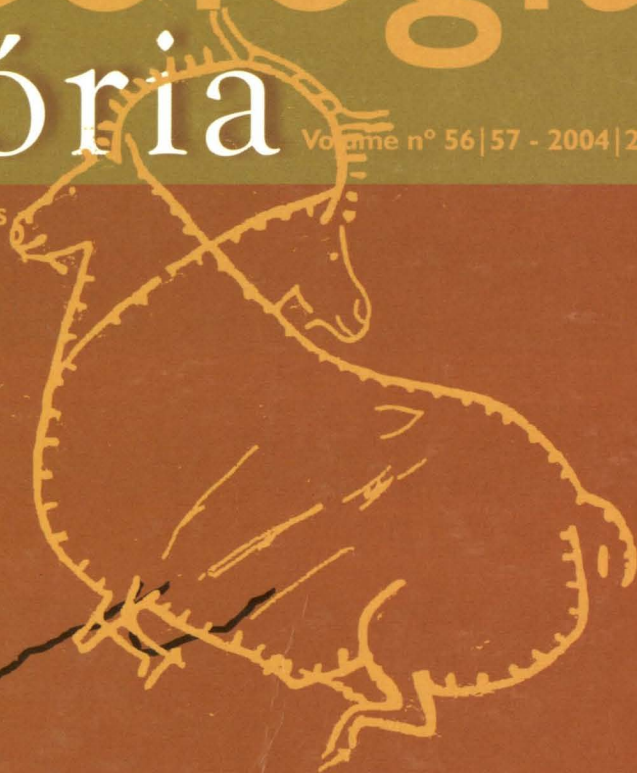


Arqueologia & História

Volume nº 56|57 - 2004|2005

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses



Vale do Côa 10 ANOS



Reflexos, no quotidiano, da prístina epigrafia romana

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra

No âmbito do trabalho solicitado para a cadeira de Técnicas de Investigação Arqueológica, dois dos nossos estudantes prospectavam uma área de vinha na região da Mealhada, quando se depararam com um monólito em tudo semelhante às aras que lhes haviam sido mostradas na aula de Epigrafia Latina.

Intrigados, até porque a 'estranha' pedra mostrava já alguma patine, ainda que nenhum letreiro ostentasse, quiseram saber da sua origem. Recebeu-os afavelmente o proprietário das caves, que lhes indicou, em lugar de honra, na sala de recepção, a árula a Baco que comprara em Conímbriga.



Figura 1

sem letras – quase em jeito simbólico... – que espalhou pelos seus vinhedos, na secreta esperança de que Baco, se de Romanos protegera os bagos, os seus haveria de proteger também. E, não contente com isso, mandou que, nos rótulos de dois dos seus vinhos mais afamados – o de 1989, por exemplo, da Quinta do Poço do Lobo, 100% Cabernet Sauvignon – figurasse o desenho da árula conimbricense (fig. 1).

Este, decerto por mais curioso e insólito, o primeiro exemplo da utilização dos monumentos epigráficos antigos na actualidade. Escolhi o adjectivo «prístino» justamente para lhes conferir a dignidade que, na realidade, detêm, e o fascínio que, afinal, em todos os tempos, acabaram por exercer. Falamos de monumentos epigráficos romanos, pois, na verdade, são esses os que mais atenção têm despertado ao longo dos séculos, quer pela sua abundância – feitos de material duradouro, acabaram por pouco se deteriorar – quer pelo carácter enigmático dos letreiros que ostentam. E estamos a recordar a pintura (que, de certo modo, serviu de logotipo ao Congresso Internacional de Epigrafia reunido em Nîmes, em 1992) em que se mostra o Marquês Cipião Maffei, na visita àquela cidade, em 1732, rodeado da sua corte e de joelhos perante um das muitas epígrafes em que Nîmes é fértil, indagando do seu significado...

¹ Cf. José d'ENCARNAÇÃO, *Estudos sobre Epigrafia*, Coimbra, 1998, 29-56.

² Toda a história de uma cidade se pode escrever a partir das inscrições gravadas nas suas paredes. Veja-se o curiosíssimo exemplo da publicação *Roma – Iscrizioni dal Medioevo al Duemila*, de G. LO-PERFIDO et N. G. BRANCATO (Latina, 1999), com um subtítulo bem significativo: *La Storia della Città Raccontata sui Muri*.

Fora, em tempos – contou – visitar aquela cidade romana; achara graça ao pequeno monumento, sobretudo quando lhe disseram que se tratava de dedicatória ao deus do vinho, protector de tudo quanto era vinha contra males de que pudesse padecer. Comprou, pois, a réplica; mandou fazer outras em tamanho maior, mas

Feitos para um público habituado a lê-los e a decifrá-los – como nós, hoje, sabemos, sem dificuldade, o significado de siglas como PSP ou CDU – eles representam para a posteridade, perdidos que foram os significados, um mundo pleno de mistério e que, por isso mesmo, é susceptível de ser manipulado a nosso belprazer. Mas, duradouro que é, constitui, por outro lado, a prova maior de um acontecimento que, na pedra ou no metal, se queira imortalizar. Daí que o nosso André de Resende, nas suas *De Antiquitatibus Lusitaniae*, não tenha hesitado, inclusive, a forjar à moda latina epígrafes que lhe fossem de feição, mormente para mostrar quão importante fora Évora em tempos de Sertório, um dos heróis da resistência ao «invasor» (como nós, a seu tempo, nos deveríamos preparar para resistir à eminente invasão de Portugal por Filipe II de Espanha...)¹.

A sedução e o poder das pedras escritas, o seu mistério... um tema que nos levaria longe!...² Aproveitemos, já agora, o pequeno monumento que tanto chamou a atenção do nosso empresário da Bairrada, para darmos algumas luzes acerca do seu interesse como fonte histórica.

Em primeiro lugar, o tamanho. Elucida-nos – ainda que não soubéssemos o contexto em que foi encontrado na cidade de Conimbriga – que se tratava de peça a ser colocada no larário familiar, espécie de oratório que – tal como na actualidade é hábito existir em casas cristãs – também existia nas mansões romanas. Um nicho com esses pequeninos altares, a mostrar a devoção a esta ou àquela divindade, agradecendo favor recebido ou na mira de dela obter permanente protecção. Ao lado, poderiam estar igualmente efígies dos antepassados ilustres, também eles zeladores do bem-estar e prosperidade familiares. E nós imaginamos, um dia, quase ao cair da tarde, toda a família reunida, ornada com as vestes dos grandes cerimoniais, o *paterfamilias* de alva túnica, qual sacerdote, ergue nas mãos o altar, pronuncia as palavras de ocasião, ritualmente, e, à vista de todos, com o aplauso de todos, numa prece, deposita-o, solene, no local que lhe fora destinado. Significava esse altar em miniatura a vontade de, permanentemente, ao deus se oferecerem sacrifícios... Vieram todos os parentes da cidade e alguns, até, das *villae* dos arredores – que o momento era de confraternização também. E, entronizado o deus, a mesa estava posta, as iguarias excelentes e o convívio noite afora se prolongou...

Neste caso, lê-se o seguinte (fig. 2)³:

LIBERO
PATRI
VALERIVS
DAPHI
NVS
A · L · P ·



Figura 2

Não houve grande preocupação em fazer uma paginação bonita, ainda que as quatro primeiras linhas estejam alinhadas à esquerda e a fórmula final, centrada e com pontos triangulares bem visíveis pareça querer acentuar algo – e acentua, como adiante se dirá. Mas a palavra *Daphinus* teve de ser escrita em duas linhas e, para caber numa só, *Valerius* foi ‘comprimida’ e recorreu-se ao uso de um nexa: ou seja, A e L utilizaram um traço comum.

As siglas finais significam *animo libens posuit*, «colocou de livre vontade». Compreende-se, por isso, o realce que lhes é dado, usando um módulo ligeiramente maior: é que, para a oferta ser realmente válida aos olhos da divindade, havia que proclamar ter sido feita sem constrangimentos, tal como, na actualidade, um contrato (como o casamento) nunca será juridicamente válido, se se provar que não houve, da parte de um dos contraentes, inteira liberdade de acção.

Libero Patri significa «ao Pai Líber», deus itálico da fecundidade, assimilado a Baco – por isso, se escreveu acima que a árua era dedicada a Baco. Na verdade, tratou-se de uma ligeira imprecisão, pois a expressão *Liber Pater*, além de parecer mais ‘familiar’, abarca um significado maior: a fecundidade, entendida não apenas no sentido próprio de perpetuação da família através de novas e saudáveis gerações (legítimo anseio de todos os tempos e de todos os lares, a sua projecção no futuro, através de filhos e netos...), mas também numa acepção mais ampla, a da prosperidade, palavra que, por demais usada no quotidiano, amiúde se vê despojada do profundo significado que encerra: próspero é o que vence obstáculos, aumenta o seu prestígio, goza o seu bem-estar... Que melhor bênção haveria de querer Valério Dafino?!

É, pois, ocasião de nos interrogarmos sobre o dedicante e a forma como se identifica, pois em todas as épocas o modo de identificação de uma pessoa pode

indiciar-nos o seu estatuto e, de modo especial, aqui, numa pedra em que ele se pretende perpetuar. *Valerius* é o nome de família, o *nomen* ou gentilício. Um nome muito comum na Lusitânia e de que outros testemunhos nos chegaram da própria cidade de Conimbriga⁴. Seria, porém, conhecido no seio familiar pelo seu *cognomen*: *Daphinus*. E esse nome individualizante é que detém para nós um significado particular, designadamente porque, escrito com ph – em vez de f – denota um certo snobismo, diríamos hoje, uma vontade de mostrar que se têm ligações, reais ou simbólicas, com a parte oriental do Império, onde, como se sabe, era a língua grega que se falava.

A adopção de nomes gregos numa província ocidental, como a Lusitânia, tem sido, naturalmente, muito discutida entre os epigrafistas e historiadores da Antiguidade, que se interrogam acerca do seu real significado⁵. Concluiu-se já que não tem que ver obrigatoriamente com uma origem oriental. No Brasil, a manutenção do apelido Theml numa família aponta claramente para a sua origem austríaca, de refugiados da II Guerra Mundial; mas já um nome Eneias denota não uma origem grega mas sim um apreço pela cultura clássica, como o pai que dá às filhas o nome de óperas (*Norma*, *Aida*...) apenas mostra a sua melomania – como, há dias (29 de Julho de 2006), uma senhora libanesa, futura mãe de três gémeos, proclamava que iria dar aos filhos o nome dos três principais tipos de mísseis com que o Hezbollah libanês ripostava a Israel significa incomensurável apreço por este movimento político e pela sua actividade...

Era quase lendária entre os Romanos a beleza das gentes orientais, nomeadamente porque a estatuária de atletas e de deuses com que tinha entrado em contacto passava essa mensagem de perfeição corporal. Daí que

³ O estudo mais completo deste monumento, da responsabilidade de Georges Fabre e de Robert Étienne, pode ver-se no volume II das *Fouilles de Conimbriga* (Paris, 1976), nº 13 (p. 33-34).

⁴ Cf. M. NAVARRO CABALLERO e J. L. RAMÍREZ SÁDABA (coord.), *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida / Bordéus, 2003, s. v. «Valerius», p. 332-335 (com quase 150 testemunhos, sendo 9 de *Conimbriga*). Por lapso de interpretação de uma referência, este monumento é dado aí (p. 332) como procedente de Coimbra.

⁵ Cf.: Robert ÉTIENNE, «Remarques sur l'onomastique romaine d'Espagne», *L'Onomastique Latine*, Paris, 1977, 291-292, que escreve: «A imposição dum nome grego ressalta dum fenómeno psicológico: urge mostrar-se à altura de uma cultura» (p. 292); e ainda: Jorge de Alarcão e Robert Étienne que, na p. 256 do volume VII das *Fouilles de Conimbriga* (Paris, 1979), explicitam que se chegara à conclusão, depois de vários estudos, que os *domini* (os senhores) deviam possuir listas de nomes (de deuses, de deusas, de musas...) «para baptizar o pessoal da sua família» (*familia* significa, como se sabe, o conjunto dos escravos).

senhor que se prezasse gostasse de ter escrava ou escravo bonitos, a que, logicamente, como lhe competia por lei, dava nome a condizer. Explica-se, assim, a quantidade de nomes gregos patentes na epigrafia lusitana, sem que isso implique uma real existência de Gregos no seu território: trata-se de uma moda, a evidenciar efectivo (ou suposto) nível cultural. *Daphinus* está neste caso. Corruptela de «dáfne», adjectivo grego formado a partir de «dáfne», que significa o loureiro («stéfanos dáfne» é a coroa de louros...), mas que se reporta, fundamentalmente, a Dafne, a belíssima filha da Terra e do rio Peneu, que – perseguida por Apolo que a queria seduzir e, um dia, a surpreendeu a praticar o seu desporto favorito, viver ao ar livre – aflita, pediu auxílio aos pais, que a transformaram em loureiro. Não querendo desistir dos seus intentos e em jeito de consolação, Apolo coroou-se com os ramos desse arbusto... Daí que o loureiro tenha passado a simbolizar este deus.

O nome Dafne está também intimamente a Clóé. Eles são o par amoroso que protagoniza o romance pastoril de Longo de Lesbos, um escritor grego provavelmente do século II da nossa era: duas crianças que, crescendo juntas, vão despertando para o amor num cenário bucólico...

Portanto, não foi seguramente inocente a atribuição do nome *Daphinus* a este membro da gens *Valeria*, de *Conimbriga*. Sintoma, conseqüentemente, de uma cultura literária não despicienda, é-o, também, eloquente pista para lhe determinarmos o estatuto social: *Daphinus* foi, seguramente, um escravo da família

⁶ José VIVES, *Inscripciones Latinas de la España Romana* (= ILER). Barcelona, 1971 e 1972 (índices), n.ºs 209-215.

⁷ A título de curiosidade, para quem deseje saber algo mais sobre esta divindade, poderão referir-se: Óscar GARCIA SANZ, «Liber Pater epigráfico en Hispania: Textos y contexto religioso», *Espacio, Tiempo y Forma*, serie II, 4, 1991, 171-198; Javier del HOYO CALLEJA, «Revisión de los estudios de Liber Pater en la epigrafía hispana», *Mélanges de la Casa de Velázquez* 28 (1) 1992 65-92; J. CORELL, «El culto a Liber Pater en el Sur del conventus Tarraconensis según la epigrafía», *Religio Deorum* (Actas del Coloquio Internacional de Epigrafía «Culto y Sociedad en Occidente» - Tarragona, 6-8.10.1988), Sabadell, sem data [1992], p. 125-143 (que traz, na pág. 143, um mapa da distribuição dos testemunhos na Península). Na África Romana, *Liber Pater* era um verdadeiro «deus do Estado»: ver, de Ahlem JALLOUL BOUSSAADA, «Le culte de Liber Pater en Afrique, à la lumière de l'épigraphie», *L'Africa romana* 9** 1991 1049-1065.

⁸ ALMEIDA (Fernando), *Egítânia*, Lisboa, 1956, 378-379. Uma inscrição que tem passado quase despercebida e que, de certo modo, Marta GONZÁLEZ HERRERO reabilitou e contextualizou: «Algunos casos particulares de promoción social entre militares lusitano-romanos», *Conimbriga* 36 1997 73-93 (sobretudo p. 78-80).

⁹ Cf. o artigo que intitulei «O sexo dos deuses romanos», *Scripta Antiqua*, Valladolid, 2002, p. 517-525 e que também inseri em *Epigrafia – As Pedras que Falam*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 133-144.

Valeria que, a dado momento, por generosidade do senhor, pelo seu interesse ou pelo pecúlio acumulado que lhe permitiu comprá-la, adquiriu a liberdade. Sabendo nós que aos libertos eram, assaz frequentemente, entregues os negócios dos senhores e que, por via disso, as suas posses não eram despiciendas, não causará admiração, assim, que tenha querido ter bem junto de si, na sua casa, um altarcinho ao deus propiciador da prosperidade...

Há, porém, ainda um outro aspecto a considerar: *Daphinus* não usa *praenomen*, que era o primeiro nome entre os Romanos (como o nosso António, José...), habitualmente grafado em sigla, por ser muito conhecido. Ora tal circunstância indicia ser o monumento datável, mui provavelmente, de, pelo menos, os finais do século II, período a partir da qual o *praenomen* se tornou dispensável como elemento identificador.

Resta-nos satisfazer uma curiosidade: são frequentes as dedicatórias a este deus, na Lusitânia romana? Nem por isso. Ainda que seja um inventário já com alguns anos, verificamos que José Vives⁶ apenas regista sete testemunhos em toda a Península Ibérica, entre os quais um de Lisboa (n.º 214), embora desconheça este, de *Conimbriga*, e outro de Monsanto, a que valerá a pena aludir, por nos permitir uma reflexão complementar⁷.

Com efeito, o altar achado nos subúrbios de Monsanto⁸, dedicado *Liberi Patri et Liberae* pelo veterano Lúcio Márcio Materno, permite-nos sublinhar um aspecto da divindade: o seu hermafroditismo, isto é, a possibilidade de ser invocada quer sob a forma masculina quer sob a forma feminina. Não se trata, como tenho acentuado, de duas divindades ou de um «par divino», mas sim da mesma divindade adorada nas suas duas facetas⁹...

Nunca suspeitaria Luís Costa, proprietário das Caves de S. João, em S. João da Azenha (Avelãs de Caminho), que o seu gesto de pôr no rótulo das suas garrafas a imagem de um altar romano pudesse, um dia, dar lugar a tais deambulações pelo mundo da mitologia romana...

O Renascimento

Começamos por um exemplo do século XX; mas fôssemos aos monumentos do Renascimento ou, de modo especial, aos do século XVIII, que a surpresa não seria menor. Em Roma, junto ao Coliseu, um dos arcos de triunfo celebra, bem à maneira romana, o papa Pio VII, que, como os imperadores pagãos, se intitula *pontifex maximus*.

Em placa solenemente embutida numa parede da cidade de Perúsia se dá conta de que, organizados para o efeito, os cidadãos, *aere conlato, curiam piam communi consensu dedicaverunt numini maiestatique Pii VI Pont(ificis) Max(imi)*. À partida, nada de especial haveria a notar: estamos em pleno neoclassicismo – a placa está datada de 1780 –, o latim andava, de novo, em moda e... nada mais natural que uma dedicatória em Latim!... Observem-se, porém, duas circunstâncias:

– *aere conlato*, que costume traduzir «por subscrição pública» mas que, à letra, significaria «ajuntados uns cobres», é frase colhida nas inscrições honoríficas romanas. *Aes* significa «bronze», «cobre»; está aqui a usar-se uma sinédoque (a matéria pelo objecto, a moeda)...

– *numini maiestatique*, «ao númen e à majestade» é, por seu turno, expressão retirada também das inscrições romanas a partir do século III da nossa era, em que o imperador deixa de ser o *primus inter pares*, «o primeiro entre os seus iguais», «o primeiro dos cidadãos», para começar a ser o *dominus*, «o senhor» de súbditos, equiparado à divindade, dotado, por isso, de númen (uma qualidade divina) e de majestade. A religião ao serviço do poder político, numa época em que este se encontrava altamente fragilizado, à mercê de um qualquer golpe de estado...

Esta imitação não deixa, contudo, de ser muito curiosa se pensarmos que foi, no século III, essa afirmação dum *numen*, a atribuir ao imperador um carácter sagrado, a reboque das religiões astrais oriundas da Síria¹⁰, que «acabou por exasperar a tensão que opunha surdamente ou com intermitências os Cristãos ao Estado, uma vez que todos os imperadores compreenderam ou sentiram que essa questão interessava directamente à existência, à duração e ao alcance do seu *imperium*», como muito bem salientou Robert Turcan¹¹. Ora, aí reside a ambiguidade: algo que, no século III era, de forma clara, anatematizado pelos Cristãos – a divinização do imperador em vida – acaba por, no século XVIII, ser adoptado, sem problemas, pelos pontífices romanos...

E não nos admira, portanto, que, por exemplo, numa inscrição de Faro dedicada a Aureliano¹², a *respublica Ossonobensis* se declare *devota numini maiestatique eius* (frase que, por 'banal', já aparece apenas em siglas – D · N · M · EIVS, "pois sob este imperador se constitui «um culto oficial e soberano do Sol, companheiro» místico e protector do imperador» (GAGÉ, *ibidem*). De resto, aí o imperador é cognominado de *pious felix*

augustus, atributos que vamos encontrar no pedestal da estátua da rainha D. Maria I, em Queluz (fig. 3):



Figura 3

MARIA · I ·
PORTVGALIAE
· REGINA ·
PIA · FELIX
AVGVSTA

Era a *Pietas* a qualidade maior a que um romano poderia aspirar¹³ e, por isso, nos epitáfios, o adjectivo *piissimus* ou *pietissimus* constitui importante louvor; foi piedoso, cumpriu os seus deveres de bondade para com os deuses e os homens seus concidadãos. Por outro lado, se o soberano era feliz, se estava bem consigo mesmo, natural seria que irradiasse tal felicidade para todos os seus súbditos, que com isso muito ganhariam em bem-estar e prosperidade. Finalmente, tem o qualificativo 'augusto' uma conotação religiosa que já vem desde os tempos do primeiro imperador: os deuses estavam com ele e, como tal, afastaria todas as angústias («augusto» é precisamente o antónimo de «angusto»)...

¹⁰ Cf. Jean GAGÉ, *Les Classes Sociales dans l'Empire Romain*, Paris, 1971, p. 262.

¹¹ Robert TURCAN, «Le culte impérial au III siècle», *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*, II 16.2 1978 1003.

¹² José d'ENCARNAÇÃO, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização* (= IRCP), Coimbra, 1984, inscrição n.º 4.

¹³ Cf. Maria Helena da Rocha PEREIRA, *Estudos de História da Cultura Clássica – II volume – Cultura Romana*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002, p. 338-342.

Vistos nos pedestais que nos haviam chegado, mormente datados do século III em diante, esses vocábulos passaram a ser imitados, entraram no quotidiano, aqui por razões político-culturais: os soberanos do Neoclassicismo viam nos imperadores romanos os seus émulos, o seu reino era... um «império»! E as frases lapidares dos monumentos epigráficos serviam, à maravilha, esses intentos propagandísticos, tanto mais que, nessa altura, com a actividade das academias, mais monumentos se descobriam, maior era a curiosidade em relação ao legado romano, consubstanciado, muito dele, em 'pedras com letras', mais abundantes, afinal, do que se pensava...

Um reflexo na Universidade

Entramos no século XX.

Depois de largas décadas em que a ciência epigráfica esteve acantonada no rol das «ciências auxiliares» da História, com um estatuto menor, e, nas universidades, era, de facto, reduzida a cadeira semestral (quando era), a década de 70 assistiu, por toda a Europa, a um redobrado interesse em relação aos estudos epigráficos.

Na verdade, o 'movimento' renovador começara já em meados do século XIX quando – muito também por naturais motivos políticos... – a Academia das Ciências de Berlim meteu ombros à elaboração do chamado *Corpus Inscriptionum Latinarum*, cuja finalidade era reunir, em volumes segundo as antigas divisões administrativas romanas, todas as inscrições conhecidas. Mas só na 2ª metade do século passado, com a criação da Associação Internacional de Epigrafia Grega e Latina (resultante, aliás, da fusão de duas associações, uma para os monumentos em grego e outra para os monumentos em latim), que passou a congregar os epigrafistas do mundo inteiro e a reunir sistematicamente em congresso, de cinco em cinco anos, a Epigrafia passou a ganhar um estatuto maior como disciplina de estudo. Curiosamente, ainda apenas como Epigrafia Latina ou

Epigrafia Romana (estamos a referir-nos à parte ocidental do Império), porque, se no que concerne à Epigrafia Medieval também já vamos avançados¹⁴, ainda há algum esforço a fazer no sentido de explicar aos historiadores das épocas moderna e contemporânea que, na verdade, os monumentos epigráficos estão omnipresentes e constituem uma fonte histórica imprescindível¹⁵.

E os primeiros frutos começam a aparecer. Assim, um dos cursos de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa optou para tema da sua camisola identificativa (fig. 4) a inscrição olisiponense dedicada a Esculápio, sem dúvida uma das mais significativas da cidade. Diz o seguinte:

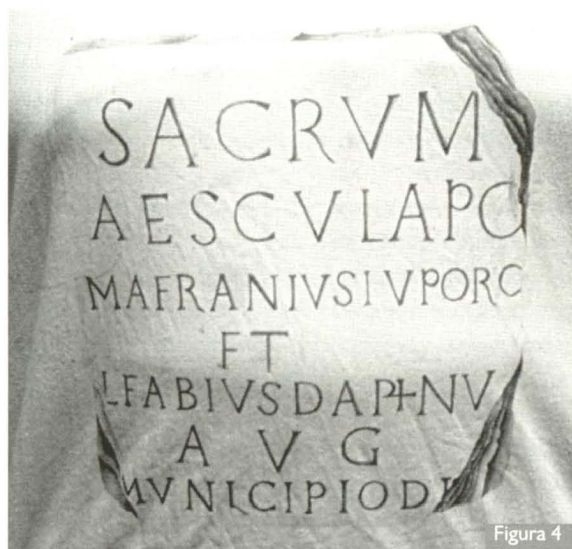


Figura 4

SACRVM
AESCVLAPIO
MAFRANIVSIVPORO
ET
LFABIVSDAPHNV
AVG
MVNICIPIO D D

Consagrado a Esculápio. Marcos Afrânio Euporião e Lúcio Fábio Dafno, augustais, ofereceram ao município.

Não é ocasião de analisar miudamente o conteúdo histórico-informativo do monumento¹⁶; contudo, importará salientar a oportunidade da escolha dos estudantes, dados os importantes contributos que esta aparentemente singela epígrafe trouxe para a história da Lisboa romana: a existência de um culto oficial ao deus da Medicina, junto de uma nascente de propriedades

¹⁴ Louvem-se, nesse sentido, os trabalhos pioneiros de José Maria Cordeiro de Sousa e, já nos nossos dias, a obra monumental de Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa* (862-1422), Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian), 2000.

¹⁵ Permita-se-me que refira ser esse um dos objectivos que procurei alcançar com a obra *Epigrafia – As Pedras que Falam*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, atrás citado.

¹⁶ Poderá ver-se, além da obra clássica sobre a epigrafia de Lisboa – SILVA (Augusto Vieira da), *Epigrafia de Olisipo*, Lisboa, 1944 – o estudo feito por Vasco Mantas in *Conimbriga XV* 1976 163-168 e as alusões que lhe faz em *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 128-129.

terapêuticas; o registo de mais dois libertos, sacerdotes do culto ao imperador... Torna-se sedutora a hipótese de ver aqui a prova documental de que, para aumentarem o seu prestígio ou para cumprirem promessa feita a quem os elegeu para o dignificante cargo, Euporião e Dafno hajam custeado as despesas de construção de um templo que, solenemente, ao município ofereceram depois.

Identidade versus globalização



Figura 5 Reserva Etnográfica e Arqueológica

Escolheu o Grupo de Estudos e Defesa do Património Cultural e Natural da Gardunha (GEGA), de São Vicente da Beira (Castelo Branco), para motivo principal do seu logotipo, a ara romana que ostenta a seguinte inscrição (figs. 5 e 6):

BANDV PICI
O PELLICO
TANGINI F
V L S

Desdobrando siglas e abreviaturas, teremos: BANDV PICI / O PELLICO / TANGINI F(ilius) / V(otum) L(ibens) S(olvit). Ou seja: «A Bando Pício – Pelicão, filho de Tangino, cumpriu o voto de livre vontade».

O monumento já foi devidamente estudado¹⁷, insere-se na problemática das inscrições votivas a divindades indígenas e, de modo particular,

representa um testemunho mais do culto a uma divindade que continuo a considerar *Banda* (independentemente da grafia do teónimo) a que, segundo o

local ou o grupo étnico que a venera, se ajunta um epíteto individualizante¹⁸ e a que não deve reportar-se a discussão sobre se se trata de divindade masculina ou feminina, porque... os deuses não têm sexo, como atrás se dizia, e este é mais um exemplo em que a divindade ora assume vestes masculinas ora femininas¹⁹.

O que sobremaneira nos interessa focar é – mantendo-nos no tema que nos propusemos tratar – o simbolismo da adopção do altar a uma divindade indígena como distintivo de uma associação de defesa do património local. O facto insere-se, naturalmente, no clima de globalização em que estamos envolvidos: perante uma ameaça de uniformização, vêm ao de cima as identidades, o que localmente distingue. Em São Vicente da Beira, foi-se buscar uma ‘raiz’ vinda inclusive de tempos anteriores aos Romanos e que os Romanos respeitaram: a divindade indígena.

No mesmo plano se deverá, pois, inserir uma outra iniciativa, esta vinda da Câmara Municipal do Fundão que, ao pensar nos cartões de Boas Festas, «agarrrou», em 2004, na árua

dedicada também a uma divindade indígena da sua região, *Aetius*, e, em vez do texto original – AE/TIO / CIS/IA / L(ibens) A(nimo) / S(olvit), que significa «A Aécio – Císis



Figura 7

cumpriu de boa vontade» –, ali colocou FELIS / NAT/AL, com o S de revés, para... «dar antiguidade» (figs.7 e 8).



Figura 8

¹⁷ F. Patrício CURADO et alii, «Ara votiva de São Vicente da Beira (Castelo Branco)», *Ficheiro Epigráfico*, 74, 2003, inscrição nº 329.

¹⁸ Sobre esta temática, não isenta de opiniões mui diversificadas, pode ver-se, por exemplo, a síntese de Javier de HOZ BRAVO e Fernando FERNÁNDEZ PALACIOS: «Band-», *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 45-52.

¹⁹ Cf. Francisco MARCO SIMÓN, «Imagen divina y transformación de las ideas religiosas en el ámbito hispano-galo», in Francisco VILLAR y M^a Pilar FERNÁNDEZ ÁLVAREZ (eds.), *Religión, Lengua y Cultura Pre-romanas de Hispania*, Salamanca, 2001, 213-225. Francisco Marco escreve expressamente, a propósito da pátera dedicada a *Bandue Araugensis*: «Algunos de los estudiosos que se han referido a esta espléndida pieza [...] han cometido el error de considerar divinidad femenina a *Bandua*, cuando sus epítetos presentan como un dios inequívocamente masculino» (p. 215).

No quotidiano

No XII Congresso Internacional de Epigrafia Grega e Latina, que se realizou em Barcelona, em Setembro de 2002, tive ensejo de apresentar uma comunicação a que dei o título «L'Épigraphie au Portugal – enseignement : la bataille et la guerre», onde afirmei, a dado passo²⁰, que, se a batalha pelo ensino generalizado da Epigrafia estava ganha, havia ainda uma 'guerra' a fazer, através da pedagogia, da cultura e da História. E a estratégia dessa guerra deveria passar por «cativar» os estudantes, mostrando-lhes a actualidade dos monumentos epigráficos e por «conquistar» os colegas, «par l'efficacité imposante des textes épigraphiques comme source documentaire pour toutes les époques».

Assim, já quase não nos causa admiração olhar para a página 86 da revista Ronda, da companhia de aviação Ibéria, de Novembro de 1992, e vermos, numa página da reportagem sobre Cáceres, duas ilustrações: uma, pequenina, a mostrar um grupo típico de estudantes a cantar; outra, a ocupar a página quase inteira, a reproduzir parte significativa do texto de um miliário romano patente numa das ruas da cidade. Ou, na reportagem sobre Chaves inserta no número 6 (Nov/Dez 2001) da revista *Atlantis*, da TAP – Air Portugal, vir em grande plano, numa das ilustrações, a cópia do chamado «padrão dos povos»²¹, um dos monumentos romanos mais significativos da cidade, com 'chamada' na própria capa.

Quando pensava em como enfeitar o bolo para o almoço da adiafa da campanha de 1995 na *villa* romana de Freiria, a cozinheira do restaurante onde

costumávamos comer considerou que o melhor seria mesmo imitar um dos monumentos mais importantes ali encontrados: a ara dedicada à divindade indígena *Triborunnis*²². E se bem o pensou melhor o fez, em jeito de surpresa, com base numa fotografia que tinha. O resultado está à vista (fig. 9) e serve-nos também para ilustrar um dos outros aspectos da Epigrafia, que ora se reputam importantes no seu contexto: os erros.

O texto da epígrafe é:

TRIBORVNNI
T · CVRIATIVS
RVFINVS
L · A · D ·

significando que Tito Curiácio Rufino oferecera, de boa vontade, aquele altar a Triborunis.

A cópia feita pela pasteleira não deixa de ser deveras sintomática: escreve *ICVRIATIVS* em vez de *T · CVRIATIVS*; *RVIINVS* por *RVFINVS*... E acrescentou-se uma linha: *FREIRIA XI ANOS*.

Estes casos ocorrem amiúde em relação a epígrafes romanas que, mormente no século XVIII, foram copiadas e onde a fraca visibilidade de um travessão acabou por dar origem a uma palavra diferente, uma vez que (recorde-se) o copista não estaria minimamente 'dentro do contexto'. Por exemplo, a célebre inscrição da fláminia de Bobadela (Oliveira do Hospital)²³ identifica-a como *JULIA MODISTA*, quando se tratava, obviamente, de *IVLIA MODESTA*...

Sacerdotisas, oferendas aos deuses... Pois que este inusitado «bolo» de Freiria com que terminamos possa ter despertado um insaciável e... «epigráfico» apetite²⁴.

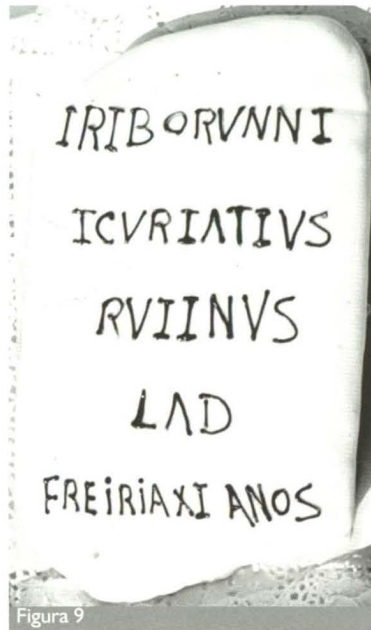


Figura 9

²⁰ In MAYER I OLIVÉ (Marc), BARATTA (Giulia) e GUZMÁN ALMAGRO (Alejandra) [edit.], *Acta XII Congressus Internationalis Epigraphiae Graecae et Latinae*, Barcelona, 2007, p. 363-364.

²¹ Cf. TRANOY, A., *La Galice Romaine*, Paris 1981, 60-61; Armando Coelho F. da SILVA, «Novos dados sobre a organização social castreja», *Portugalia* n. s. II/III 1981-1982, 83-94 (sobretudo p. 90-92).

²² Cf. José d'ENCARNAÇÃO, «Ara votiva a Triborunnis», *Ficheiro Epigráfico* 14 1985 n.º 59 = AE 1985 59.

²³ Vide A. E. Maia do AMARAL, «Sobre três inscrições perdidas da Bobadela (Oliveira do Hospital)», *Conimbriga* XXI 1982 p. 101-126 (sobretudo p. 106-119).

²⁴ Este ensaio teve como ponto de partida a comunicação feita, com o mesmo título, a 24 de Janeiro de 2005, na secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Cascais, 31 de Julho de 2006



Associação dos Arqueólogos Portugueses

